WILSON RICARDO BUQUETTI PIROTTA

**PARA UMA LEITURA DO DIREITO
DO TRABALHO À LUZ DOS
DIREITOS HUMANOS:
ANALOGIA E AUTO-INTEGRAÇÃO DO
SISTEMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador:

Professor Associado Dr. ESTEVÃO MALLETT

Faculdade de Direito
Universidade de São Paulo
São Paulo
2009

**PARA UMA LEITURA DO DIREITO DO TRABALHO À LUZ DOS
DIREITOS HUMANOS:
ANALOGIA E AUTO-INTEGRAÇÃO DO SISTEMA**

RESUMO

O raciocínio por analogia pode ser considerado o principal meio de auto-integração e expansão do sistema jurídico-normativo. Por ser especialmente sensível à incidência de valores, apresenta-se como operação privilegiada para a auto-integração do sistema com os valores presentes nos princípios e normas de direitos humanos. O presente trabalho propõe como objeto a reflexão sobre o raciocínio por analogia no âmbito da interpretação e aplicação da lei trabalhista. Toma-se como pressuposto que a neutralidade axiológica não é possível, pois toda a produção humana está permeada por valores, razão pela qual a reflexão sobre os valores incidentes na interpretação e aplicação das normas é importante para a promoção dos princípios democráticos e pluralistas.

Para a inspeção do objeto proposto, o estudo inicia-se com capítulo sobre o processo de codificação do direito moderno, no contexto da consolidação dos Estados nacionais, e suas repercussões para o processo de interpretação e aplicação da lei. No segundo capítulo, examina o conceito de sistema jurídico, com seus postulados de completude e de racionalidade, detendo-se na questão das lacunas da lei e seu preenchimento por analogia. O próximo capítulo dedica-se a refletir sobre os paradigmas dos direitos humanos, sua positivação nos sistemas jurídicos contemporâneos e sua importância para a interpretação do direito na atualidade, com destaque para a interpretação dos princípios de direitos humanos positivados nos ordenamentos jurídicos como normas constitucionais.

O trabalho conclui que o raciocínio por analogia representa importante ferramenta para mobilização dos princípios e normas de direitos humanos, sua efetivação e sua penetração na legislação ordinária. Reafirma que o quadro axiológico a presidir a aplicação do direito deve ser o conjunto dos princípios e normas de direitos humanos, em especial daqueles positivados pelo texto constitucional.

POUR UNE LECTURE DU DROIT DU TRAVAIL À LA LUMIÈRE DES DROITS DE L'HOMME : L'ANALOGIE ET L'AUTO-INTÉGRATION DU SYSTÈME

RÉSUMÉ

Le raisonnement par analogie peut être considéré comme le principal moyen d'intégration et de l'expansion du système juridique. Le raisonnement par analogie se présente comme opération privilégiée pour l'auto-intégration du système avec des valeurs de les principes et de les normes des droits de l'homme. Le présent étude se propose à réfléchir sur le raisonnement par analogie dans le contexte de l'interprétation et l'application du droit du travail. Il se prend comme présumé que la neutralité axiologique n'est pas possible, donc toute la production humaine est imprégné pour valeurs, raison par laquelle la réflexion sur les valeurs relatifs à l'interprétation et l'application des normes est importante pour la promotion des principes démocratiques et pluralistes. Pour l'inspection de l'objet proposé, l'étude commence avec le chapitre sur le processus de codification du droit moderne dans le contexte de la consolidation des États nationaux, et son impact sur le processus d'interprétation et d'application de la loi. Le deuxième chapitre examine le concept de système juridique, avec ses postulats de l'exhaustivité et de rationalité, en détachant la question des lacunes de la loi et son remplissage par analogie. Le chapitre suivant est consacré à une réflexion sur les paradigmes des droits de l'homme, sa placement comme droit positif dans les systèmes juridiques contemporains et de leur importance pour l'interprétation de la loi à l'heure actuelle, en mettant l'accent sur l'interprétation des principes des droits de l'homme comme normes constitutionnelles.

L'étude conclut que le raisonnement par analogie, représente un outil important pour mobiliser les principes et les normes des droits de l'homme, son exécution et sa pénétration dans la législation ordinaire. Il réaffirme que l'axiologique cadre pour régir l'application de la loi devrait être l'ensemble des principes et des

normes des droits de l'homme, en particulier ceux placés comme droit positif dans le texte constitutionnel.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho propõe como objeto de estudo a reflexão sobre o raciocínio por analogia como um dos meios de aproximação hermenêutica da norma jurídica positivada, no âmbito da regulação das relações de trabalho e do julgamento das lides submetidas ao Poder Judiciário Trabalhista. Ressalta-se a consideração dos princípios constitucionais e dos princípios de direitos humanos, diante do quadro atual da globalização econômica e da crise do Estado. Assume-se o pressuposto de que são desejáveis a implementação e o avanço dos direitos humanos, bem como o aprimoramento das instituições democráticas na sociedade.

Os objetivos específicos do trabalho são: 1) analisar o processo de formação do conceito de interpretação do direito na sociedade moderna, tomando-se por marco de sua construção o pensamento jusnaturalista, no contexto histórico da consolidação dos Estados Nacionais, seu desdobramento, em largas linhas, na emergência da questão hermenêutica e das escolas de interpretação no século XIX e as consequências do pensamento juspositivista na concepção de interpretação atual; 2) refletir sobre o conceito de sistema jurídico, com os postulados da completude e da racionalidade, observando-se como o raciocínio por analogia faz-se elemento essencial dessa completude e racionalidade, por ser o principal método de auto-integração do sistema jurídico; 3) refletir sobre os paradigmas dos direitos humanos, sua positivação no âmbito dos sistemas jurídicos contemporâneos e sua importância para a interpretação do direito na atualidade, com destaque para a interpretação dos princípios de direitos humanos positivados nos ordenamentos jurídicos como normas constitucionais; 4) especificamente, verificar as diretrizes que podem ser aferidas dos princípios constitucionais de direitos humanos para a

interpretação das normas de direito do trabalho, com especial destaque para a colmatagem das lacunas no direito do trabalho à luz de tais diretrizes.

Como hipótese de trabalho, propõe-se que a neutralidade axiológica não é possível. Toda a produção humana está permeada por valores. O indivíduo está inserido em um dado contexto histórico-cultural e os valores incorporados por ele como partícipe desse contexto são refletidos em sua produção. A interpretação e a aplicação das leis não fogem a essa regra.

Numa sociedade democrática, a reflexão sobre os valores que incidem na interpretação e aplicação das normas é de fundamental importância para a compreensão dos resultados de tais operações e para a promoção dos princípios democráticos e pluralistas.

No atual contexto dos Estados democráticos ocidentais, a mobilização dos princípios de direitos humanos como princípios informadores da interpretação e da aplicação das normas é a opção que mais se alinha com os princípios democráticos e dos direitos e garantias individuais e sociais previstos nas constituições modernas.

A regra acima enunciada aplica-se não somente aos princípios de direitos humanos incidentes sobre direitos e garantias individuais, mas também aos direitos sociais, inclusive ao direito do trabalho. O direito do trabalho possui especificidades que exigem a adaptação da regra geral para sua aplicação.

O direito, tomado em seu aspecto de ciência dogmática do direito, *“costuma encarar seu objeto, o direito posto e dado previamente, como um conjunto compacto de normas, instituições e decisões que lhe compete sistematizar, interpretar e direcionar, tendo em vista uma tarefa prática de solução de possíveis conflitos que ocorram socialmente.”*¹ Para tanto, o

¹ FERRAZ JR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 83

operador do direito necessita de instrumental de interpretação do significado jurídico das normas.

*“A determinação do sentido das normas, o correto entendimento do significado dos seus textos e intenções, tendo em vista decidibilidade de conflitos constitui a tarefa da dogmática hermenêutica. (...) Na verdade, o propósito básico do jurista não é simplesmente compreender um texto, como faz, por exemplo, o historiador ao estabelecer-lhe o sentido e o movimento no seu contexto, mas também lhe determinar a força e o alcance, pondo o texto normativo em presença dos dados atuais de um problema.”*²

A idéia de que a norma deve ser compreendida para ser aplicada parece óbvia e sugere não comportar maiores problemas que uma dada competência técnica no trato da língua vernácula e da tradição jurídica. Porém, a complexidade do tema revela-se desde as primeiras indagações sobre o alcance de tal operação. Pierre Bourdieu chama a atenção para o fato de que:

*“O discurso jurídico é uma palavra criativa, que faz existir o que ela enuncia. Ela é o limite ao qual pretendem todos os enunciados performativos, bênçãos, maldições, ordens, desejos ou insultos; isto é, a palavra divina, o direito divino que, como o intuitus originarius que Kant atribuía a Deus, faz surgir para a existência o que ela enuncia, ao contrário de todos os enunciados derivados, constatativos, simples registros de um dado preexistente.”*³

² *id. ibidem*, p. 256

³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. (Trad. coletiva) 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998 (Clássicos, 4) p. 28

A interpretação da norma não só incide sobre o discurso jurídico, como também gera discurso jurídico. As implicações sociais da interpretação da norma e as imbricações entre as determinantes sociais do discurso do intérprete – inclusive sob a acepção de discurso interpretante – e as repercussões sociais da interpretação são por demasiado profundas para serem deixadas pela ciência do direito ao domínio do senso comum.

Em texto no qual discute os fundamentos axiológicos da hermenêutica jurídica, José Ricardo Cunha observa que:

*“... a normatividade jurídica é sempre dependente de ‘algo’ que lhe determine o sentido prático e aplicável nas situações reais do mundo da vida em determinadas circunstâncias e momento histórico. A normatividade jurídica é sempre dependente de uma mediação. (...) Hermenêutica e interpretação medeiam a experiência jurídica na vida real, porém não por elas mesmas, e sim pela atuação de um sujeito: o hermeneuta ou o intérprete, não devendo se entender estes como especialistas, mas como sujeitos intrinsecamente ligados àquela experiência jurídica.”*⁴

A mediação lingüística entre a norma jurídica e o discurso da realidade social sobre a qual ela incide deve ser, pois, vista como uma operação essencial à própria existência da norma enquanto tal e ao alcance da norma em sua existência concreta, inclusive com suas repercussões na distribuição de poder na sociedade.

Tércio Sampaio Ferraz Jr. comenta que: *“A uniformização do sentido tem a ver com um fator normativo de poder, o poder da violência simbólica*

⁴ CUNHA, José Ricardo. Fundamentos axiológicos da hermenêutica jurídica. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu e RODRIGUEZ, José Rodrigo (Orgs.). *Hermenêutica plural: possibilidades jusfilosóficas em contextos imperfeitos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 309-310.

(...). *Trata-se do poder capaz de impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força.*”⁵

As normas e princípios de direitos humanos, em suas relações com os ordenamentos jurídicos existentes e com os conflitos deflagrados na sociedade, apresentam grande grau de dificuldade para sua compreensão e aplicação.

A leitura hermenêutica da norma jurídica, no âmbito dos direitos humanos, especialmente quando estão em pauta conflitos envolvendo minorias e grupos que não detenham a maior parcela de poder na sociedade – como é o caso dos trabalhadores, nas relações com os empresários – teria, por pressuposto, como elemento prevalente a adequação da interpretação obtida com os princípios gerais dos direitos humanos e com os princípios constitucionais.⁶

No entanto, nem sempre é pacífica a conclusão a que se chega ao intentar-se tal operação. A antinomia das possíveis posições sobre um tema dado à reflexão jurídica decorre da formulação do problema sob ângulos diversos, ainda que os posicionamentos busquem ancorar suas alegações em princípios fundamentais inscritos na Constituição Federal e reconhecidos pelos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Bobbio observa que:

“Não se pode afirmar um novo direito em favor de uma categoria de pessoas sem suprimir algum velho direito, do qual se beneficiavam outras categorias de pessoas: o reconhecimento do direito de não ser escravizado implica na eliminação do direito de possuir escravos; o reconhecimento do direito de não ser torturado implica a supressão do direito de torturar. Nesses casos, a escolha parece fácil; e é

⁵ FERRAZ JR, *op. cit.* p. 276

⁶ PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1997. *passim*.

*evidente que ficaríamos maravilhados se alguém nos pedisse para justificar tal escolha (consideramos evidente em moral o que não necessita ser justificado). Mas, na maioria dos casos, a escolha é duvidosa e exige ser motivada.”*⁷

Muitas vezes a antinomia encontra-se entre valores tidos como fundamentais e positivados na Carta Constitucional. Ora, a interpretação da lei é atividade humana e está sujeita ao crivo dos valores nos quais crêem os operadores do direito que fazem tal interpretação. A opção por uma das soluções possíveis implica na valorização de determinados princípios em detrimento de outros, fazendo com que o direito em sua aplicação concreta apresente uma ou outra constelação de valores como pano de fundo.

A aplicação concomitante dos princípios da igualdade e do direito à diferença ou especificidade cultural, por exemplo, requer intermediação para que um direito não seja erigido em fundamento de discriminação. Consoante resume magistralmente Boaventura de Souza Santos, “...as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”.⁸

Diversas situações fáticas ligadas a conflitos levados perante o Poder Judiciário estão sujeitas à incidência de valores, como questões de fé religiosa, os problemas relacionados às desigualdades de gênero, entre outros, que permeiam a discussão, sendo determinantes na escolha da interpretação que o operador do direito considere mais afeita ao ordenamento jurídico e aos princípios dos direitos humanos. A persistente discriminação da mulher nas relações de trabalho, por exemplo, e a incapacidade do Estado, inclusive

⁷ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. (Trad. Carlos Nelson Coutinho) Rio de Janeiro: Campus, 1992. p. 20.

⁸ SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Reinventar a Emancipação Social – Para Novos Manifestos; v. 3) p. 56.

através do Poder Judiciário, de eliminar tais discriminações⁹ estão intrinsecamente ligadas a uma visão de mundo androcêntrica. Conforme salienta Bourdieu: *“L’ordre social fonctionne comme une immense machine symbolique tendant à ratifier la domination masculine sur laquelle il est fondé...”*¹⁰

Assim, o mero recurso aos princípios, considerados isoladamente, não garante interpretação que contemple de forma satisfatória os requisitos de proteção integral aos direitos humanos, nos termos em que são reconhecidos pelos instrumentos internacionais e pela moderna doutrina sobre o tema. Diante da iminente possibilidade da incidência de preconceitos de diversas naturezas na interpretação do texto legal ou na aplicação de princípios constitucionais, de direitos humanos ou gerais do direito, tem-se proposto a mobilização social em favor da posituação dos direitos humanos, em especial dos direitos sociais e dos direitos das minorias.

Essa última corrente encontra oposições quando se consideram a impossibilidade de previsão normativa acerca de todas as possíveis situações fáticas envolvendo conflitos de interesses em que estejam em jogo direitos humanos e as possibilidades de retrocesso em relação aos princípios e mesmo em relação às normas já positivadas, mormente em face dos interesses econômicos envolvidos na globalização hegemônica e da onda conservadora que domina a política internacional desde há alguns anos. Em vista de tal quadro, a adequação da análise hermenêutica em conformidade com os princípios dos direitos humanos ganha especial relevância.

Dos princípios gerais de direitos humanos podem ser inferidas diretrizes básicas para interpretação das normas legais, sejam próprias de tratados internacionais de direitos humanos, sejam normas veiculadas por

⁹ Vide PIROTTA, Wilson Ricardo Buquetti e PIROTTA, Kátia Cibelle Machado. “O impacto da flexibilização das leis trabalhistas sobre as condições de trabalho da mulher”. *Revista Trabalhista*. Volume IX. P. 283-296.

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seil, 1998. p. 15

instrumentos legais contidos em ordenamentos jurídicos dos Estados nacionais. Assim, o primado da dignidade humana e da universalidade de tal princípio, independentemente de qualquer condição pessoal, social, jurídica ou política, conduz à conclusão de que qualquer interpretação jurídica deve respeitar a dignidade da pessoa humana, não havendo possibilidade de interpretação que negue a qualquer pessoa direitos inerentes à pessoa humana por sua nacionalidade, condição de refugiado, origem social, cultural ou geográfica, condições econômicas, familiares ou qualquer outro fator.

Também são princípios reconhecidos aos direitos humanos a inalienabilidade e a indivisibilidade. No âmbito da interpretação, não são, pois, razoáveis interpretações que entendam a possibilidade de alienação de direitos tidos por fundamentais. A renúncia a direitos básicos, como a vida, a liberdade, a higidez física e psicológica, deve ser considerada como inválida e baseada em coação.

A indivisibilidade conduz à interpretação em conjunto dos direitos humanos, o que produz efeitos na consideração da validade de dada interpretação, quando ela leva à exacerbação de um aspecto do direito considerado, mas produz o perecimento de outros aspectos igualmente relevantes. Quando se fala, por exemplo, no direito à moradia, deve considerar-se a moradia segura e saudável. Não é possível considerar-se que o direito à moradia pode prevalecer sobre o direito à saúde e ser considerado suprido o direito à moradia com o fornecimento de moradia totalmente insalubre e insegura.

O conceito de trabalho decente reafirmado recentemente pela OIT implica, igualmente, os pressupostos de que o direito ao trabalho não pode ser considerado suprido por formas de trabalho que desrespeitem a dignidade humana, os direitos à saúde e à liberdade, etc.

A questão sobre o quadro axiológico que preside a leitura hermenêutica da norma ganha especial destaque quando se trata de suprir

lacunas constatadas no ordenamento jurídico pelo aplicador do direito. A não existência de norma específica a regular determinado caso coloca em evidência os valores que serão levados em consideração na análise do caso concreto e na aplicação a ele – ou não – das normas existentes no ordenamento jurídico.

No âmbito das relações de trabalho, as rápidas transformações do ambiente de produção e distribuição de mercadorias trazem contínuas modificações nas relações de trabalho e tornam problemática a idéia de completude do ordenamento jurídico. A resposta legislativa às modificações sociais é intrinsecamente lenta e não há possibilidade de se pretender, no sistema político e jurídico atual, qualquer modificação de tal situação. Uma aceleração ainda maior do que a existente no processo legislativo levaria a um casuismo violador da própria idéia de estabilidade e generalidade do ordenamento jurídico. O descompasso entre a realidade social e o conjunto das normas jurídicas leva a impasses, sobretudo quando a inexistência de norma específica e a aplicação de normas pré-existentes sem uma interpretação crítica levam ao desrespeito à dignidade da pessoa humana no âmbito das relações de trabalho ou à depreciação do trabalho como valor na sociedade.

Nesse quadro insere-se o presente trabalho, que busca analisar as potencialidades e os limites do pensamento por analogia na leitura hermenêutica da norma trabalhista, com o atendimento dos princípios positivados em nossa Constituição e dos princípios de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.

Em consonância com os objetivos específicos propostos no início desta apresentação¹¹, o trabalho será organizado em quatro capítulos, além da

¹¹ Para aporte metodológico ao presente trabalho foram utilizadas principalmente as seguintes obras: AGUILLAR, Fernando Herren. *Metodologia da ciência do direito*. São Paulo: Max Limonad, 1996.

apresentação. O primeiro capítulo versa sobre a interpretação da lei no direito moderno e contemporâneo e tem sua razão de ser no fato de que as concepções atuais sobre interpretação encontram suas raízes no processo de formação dos Estados Nacionais e de seu arcabouço jurídico. A própria concepção de completude, lacuna e colmatagem das lacunas por analogia somente encontra seu significado ao se considerarem os pressupostos do ordenamento jurídico estatal, cuja compreensão depende da análise através do método histórico. O estudo dos aspectos gerais das escolas de interpretação e das grandes linhas hermenêuticas revela-se de grande valia para a compreensão das linhas de pensamento contemporâneas e para a discussão sobre a interpretação da lei à luz dos preceitos de direitos humanos.

O segundo capítulo dedica-se à análise do conceito de sistema jurídico, com seus postulados de completude e coerência, verificando-se como o pensamento por analogia torna-se o principal meio de auto-integração do sistema jurídico, colmatando as lacunas existentes. O segundo capítulo contempla, ainda, a análise da legislação brasileira sobre lacunas e seu preenchimento e da jurisprudência trabalhista brasileira acerca da lacuna na lei e seu preenchimento, em especial pela aplicação analógica de outros dispositivos legais. Tal capítulo corresponde à primeira parte do objetivo geral do trabalho, tendo sido eleito o tema da analogia para recorte metodológico do objeto de estudo, em face dos motivos já explicitados acima.

O terceiro capítulo introduz a discussão sobre os paradigmas de direitos humanos e sua positivação no âmbito dos sistemas jurídicos contemporâneos. Representa a busca de uma resposta à segunda questão colocada pelo objetivo geral do trabalho, na qual se pretende discutir a base axiológica fornecida pela teoria dos direitos humanos para a interpretação

158 p. e ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. (trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza) São Paulo: Perspectiva, 1989. 170 p. [Estudos, 85].

contemporânea, verificando-se como o advento do conceito de direitos humanos atinge os pressupostos gerais da interpretação. Como um dos principais meios de introdução dos princípios de direitos humanos no ordenamento jurídico é sua positivação como norma constitucional, a interpretação das normas constitucionais receberá especial atenção. A discussão sobre as relações entre sistema jurídico e sistema de valores na sociedade reflete sobre a possibilidade dos paradigmas de direitos humanos representarem uma proposta atual de encaminhamento desse problema do universo jurídico. A aplicação da análise dos pressupostos dos direitos humanos e sua repercussão na interpretação jurídica sobre a interpretação das normas de direito do trabalho, em especial da utilização do raciocínio por analogia na colmatagem das lacunas observadas no direito do trabalho, também é intentada neste capítulo.

O quarto capítulo, apresentado a guisa de considerações finais, traz as conclusões do presente trabalho sobre as potencialidades e limites do raciocínio por analogia na interpretação e aplicação das leis trabalhistas, com atenção aos princípios de direitos humanos, em especial àqueles positivados em nossa Carta constitucional.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA A MOBILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA DO INSTITUTO DA ANALOGIA

O presente trabalho propôs como objeto a reflexão sobre o raciocínio por analogia no âmbito da interpretação e aplicação da lei trabalhista. Tomou-se como pressuposto que a neutralidade axiológica não é possível, pois toda a produção humana está permeada por valores, razão pela qual a reflexão sobre os valores incidentes na interpretação e aplicação das normas é importante para a promoção dos princípios democráticos e pluralistas. O raciocínio por analogia pode ser considerado o principal meio de auto-integração e expansão do sistema jurídico-normativo. Por ser especialmente sensível à incidência de valores, apresenta-se como operação privilegiada para a auto-integração do sistema com os valores presentes nos princípios e normas de direitos humanos.

Com vistas a perquirir sobre o objeto proposto, foram formulados os objetivos específicos do trabalho na Apresentação, quais sejam: 1) analisar o processo de formação do conceito de interpretação do direito na sociedade moderna, tomando-se por marco de sua construção o pensamento jusnaturalista, no contexto histórico da consolidação dos Estados Nacionais, seu desdobramento, em largas linhas, na emergência da questão hermenêutica e das escolas de interpretação no século XIX e as conseqüências do pensamento juspositivista na concepção de interpretação atual; 2) refletir sobre o conceito de sistema jurídico, com os postulados da completude e da racionalidade, observando-se como o raciocínio por analogia faz-se elemento essencial dessa completude e racionalidade, por ser o principal método de auto-integração do sistema jurídico; 3) refletir sobre os paradigmas dos direitos humanos, sua positivação no âmbito dos sistemas jurídicos contemporâneos e sua importância para a interpretação do direito na

atualidade, com destaque para a interpretação dos princípios de direitos humanos positivados nos ordenamentos jurídicos como normas constitucionais; 4) especificamente, verificar as diretrizes que podem ser aferidas dos princípios constitucionais de direitos humanos para a interpretação das normas de direito do trabalho, com especial destaque para a colmatagem das lacunas no direito do trabalho à luz de tais diretrizes.

Ao longo dos três capítulos anteriores, foi analisada a interpretação da lei no direito moderno e contemporâneo, como base para a compreensão das concepções atuais sobre interpretação. Foi estudado o conceito de sistema jurídico e os postulados da completude e da coerência, verificando-se como o raciocínio por analogia torna-se o principal meio de auto-integração e expansão do sistema jurídico ao preencher as lacunas nele constatadas. A análise da jurisprudência trabalhista brasileira sobre lacunas e seu preenchimento através do raciocínio por analogia permitiu constatar qual o conceito de lacuna construído pela jurisprudência e quando é considerada válida sua colmatagem pela aplicação analógica de outro dispositivo legal. Introduzida a discussão sobre os princípios de direitos humanos e sua positivação constitucional contemporânea, verificaram-se as consequências dessa positivação na interpretação da norma constitucional e infraconstitucional, com especial destaque para as normas reguladoras das relações de trabalho.

A incidência de valores sobre o processo de interpretação e aplicação da lei coloca a questão de como se eleger democraticamente o conjunto dos valores a nortear esse processo, no âmbito do Estado laico e de uma sociedade pluralista. Partindo-se do pressuposto jurídica e politicamente consagrado de que a Constituição é o instrumento que marca a fundação formal do Estado, em sua contemporaneidade, a busca da resposta a esta questão no próprio texto da Carta constitucional apresenta-se como a solução mais indicada.

A Constituição Federal de 1988 define, desde o seu Preâmbulo – e o faz literal e taxativamente no artigo 1º – a República Federativa do Brasil como um Estado democrático de direito, que deve assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Em seu artigo 1º, além de reafirmar a República como um Estado democrático de direito, a Constituição estabelece seus fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, o artigo 3º da Constituição enumera: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No artigo 4º a Carta refere-se explicitamente à prevalência dos direitos humanos como um dos princípios a reger as relações internacionais do Estado brasileiro.

O §2º do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, por seu turno, estabelece que os direitos e garantias expressos na Carta não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte. O parágrafo seguinte alça à categoria de equivalente às emendas constitucionais os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso Nacional em dois turnos de votação em cada casa e com o quórum três quintos dos respectivos membros. Os dispositivos acima mencionados mostram a tendência amplificadora dos direitos humanos adotada pela Carta constitucional de 1988. É explícita a autorização constitucional para a ampliação dos direitos e garantias fundamentais com base na interpretação sistemática e no recurso aos princípios positivados no texto da Carta, o que inclui, por óbvio, a utilização do raciocínio por analogia na interpretação e aplicação da lei, em consonância com os princípios gerais de direitos humanos.

Mais uma vez, embora se encontrem no artigo referente aos direitos e deveres individuais e coletivos, os dispositivos acima mencionados referem-se explicitamente ao nome do Título II, que inclui tanto os direitos e garantias individuais como os direitos sociais. O próprio Preâmbulo da Carta, ao mencionar a garantia dos direitos sociais antes mesmo de mencionar a dos direitos individuais, não deixa margem de dúvidas sobre a preocupação do legislador constituinte em garantir os referidos direitos. A reiteração da proposta constitucional de prevalência dos direitos humanos também implica a consideração do princípio de indivisibilidade dos direitos humanos.

A modificação da realidade social é rápida e não espera a atualização legislativa para se fazer presente em todos os aspectos da vida social. Particularmente no mundo do trabalho, em que a economia demanda mudanças contínuas e rápidas, em atendimento à lógica do lucro e da concorrência entre as empresas, as transformações trazem, muitas vezes, perplexidade diante das situações fáticas produzidas não encontrarem regulamentação específica na legislação existente. Ignorar as mudanças ocorridas na realidade, interpretando-se como juridicamente relevantes apenas as situações já conhecidas, ou enquadrar as novas situações como se fossem os mesmos fatos que ocorriam em momento histórico anterior redundaria, muitas vezes, no desamparo do trabalhador pela legislação, diante da realidade das relações de trabalho. A denegação de regulamentação jurídica das condições de trabalho deixa o trabalhador à mercê do poder econômico, subvertendo a razão de ser do próprio direito do trabalho, bem como negando vigência aos dispositivos constitucionais que determinam a proteção à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho.

Situações como o trabalho através de meio eletrônico, as modificações nas relações entre empresas, a forma de produção descentralizada, a internacionalização da produção, entre outras modalidades novas de exploração do trabalho humano e da acumulação de riquezas, requerem especial atenção do intérprete e aplicador do direito. Nesses casos,

a legislação nem sempre traz a solução que corresponde aos princípios de direitos humanos consagrados em nossa Constituição e demanda a necessária adaptação para sua interpretação e aplicação conforme a Constituição. Tais situações configuram-se efetivamente como lacunas que demandam seu preenchimento, sendo que o principal instrumento para o preenchimento de tais lacunas, considerando-se sua obrigatória consonância com os princípios constitucionais, é o raciocínio por analogia, seja sob a forma de *analogia iuris*, ou atendimento aos princípios gerais do direito, seja sob a forma específica de *analogia legis*, buscando-se no ordenamento jurídico solução para os casos que não se encontram explicitamente regulados, através da aplicação de outras normas existentes para casos análogos.

No âmbito da regulação das relações de trabalho, a Constituição Federal de 1988 traz vasto rol de direitos, sendo que se nega efetividade a grande parte de tais direitos por falta de regulamentação que defina os parâmetros necessários à sua aplicação. A análise da jurisprudência trabalhista brasileira sobre lacunas intentada no Capítulo II mostra que, de forma geral, a utilização das teorias sobre a lacuna da lei e do instituto da analogia para seu preenchimento, com a ampliação dos direitos dos trabalhadores, tem sido tímida e com tendência conservadora, em especial nas instâncias superiores.

Ora, é negar os próprios princípios constitucionais negar-se eficácia aos preceitos de proteção ao trabalho previstos pela Constituição sob alegação de falta de norma regulamentadora ou entender que a eficácia e a vigência de tais dispositivos dirigem-se apenas ao Poder Legislativo, que fica vinculado à necessária regulamentação; ou, ainda, ao suprimento da omissão legislativa através do mandado de injunção, cuja utilidade fora bastante mitigada pela interpretação dada ao instituto pelo Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, a não existência de norma regulamentadora não pode constituir motivo de não aplicação de norma constitucional de proteção ao trabalho, devendo ser considerada, aí, a existência de efetiva lacuna na lei, a ser

suprida pelas operações hermenêuticas apropriadas, em especial a aplicação analógica do direito.

Sob o ponto de vista da teoria da lacuna axiológica, por seu turno, a regulamentação de norma constitucional de proteção ao trabalho por legislação infraconstitucional de natureza restritiva deve ser considerada incompleta e não a base de negativa da proteção constitucional a outras situações que não aquelas explicitamente previstas na norma regulamentadora. Tal interpretação atende melhor os princípios amplificadores dos direitos humanos, inclusive dos direitos sociais, previstos pelo texto constitucional.

O raciocínio por analogia tem, portanto, um importante papel a desempenhar na efetivação dos direitos humanos no âmbito das relações de trabalho. O instituto da analogia traz consigo um grande potencial de ampliação do universo jurídico, sendo meio de expansão do sistema de regulação jurídica dos fatos da vida. Por outro lado, sua aplicação pressupõe uma grande mobilização de juízos de valor, cuja eleição não deve ficar a cargo exclusivo do intérprete, sem nenhuma mediação, sob pena de representar arbítrio e insegurança jurídica, inclusive com a utilização do instituto para restrição dos direitos assegurados na Carta constitucional ou na legislação ordinária. Assim, o quadro axiológico a presidir a utilização do raciocínio por analogia na aplicação do direito deve ser o **conjunto** dos princípios e normas de direitos humanos, em especial daqueles positivados pelo texto constitucional, o que representa a forma democrática de solução dos problemas de aplicação de juízos de valor implícitos na atividade interpretativa e ressaltados na atividade integrativa da analogia. Destaca-se o termo conjunto, posto que a invocação isolada de um ou outro princípio de direitos humanos ou de uma ou outra norma constitucional serve a propósitos os mais variados, inclusive de restrição dos próprios direitos humanos.

Cumpre salientar que, conforme foi visto no decorrer do presente trabalho, o conjunto de valores representado pelos direitos humanos difere

fundamentalmente de outras classes de valores, como aqueles representados por doutrinas religiosas, programas de partidos políticos, etc., em primeiro lugar porque possuem filiação direta à linguagem e à lógica dos direitos. Representam, sob esse ponto de vista, uma apropriação social da linguagem dos direitos, na busca de um direito democrático e emancipatório, que atenda as grandes questões que se colocam historicamente ao ser humano em suas relações sociais. Em segundo lugar, seu caráter indivisível e inalienável demonstra uma lógica de expansão e inclusão, com respeito à diversidade e multiplicidade de caminhos que o ser humano pode escolher para sua própria vida, afastando-se, portanto, de uma lógica partidária ou de adesão incondicionada a padrões morais impostos por uma autoridade e não mediados pela discussão democrática dos padrões de comportamento aceitáveis para a vida em sociedade.

Os resultados obtidos na pesquisa que ora se apresenta sob a forma desta dissertação indicam que a jurisprudência utiliza-se de forma tímida o instituto da analogia, sobretudo no que tange ao preenchimento das lacunas decorrentes da não regulamentação de direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal. Tais resultados apontam a necessidade de aprofundamento da crítica à visão tradicional de direito como um conjunto de normas positivadas na legislação ordinária que são aplicadas conforme os preceitos tradicionais de interpretação, sem observância dos princípios de direitos humanos, mesmo aqueles positivados e elevados à condição de direitos e princípios fundamentais por sua inclusão na Carta constitucional.

Ressalta-se a importância do desenvolvimento da doutrina dos direitos humanos, com o aprofundamento da discussão sobre a especificidade dos direitos humanos como conjunto de valores fundamentais para o trato democrático do ordenamento jurídico, em contraposição a outras fontes axiológicas em embate na sociedade.

Buscou-se no presente trabalho avançar o conhecimento na área da hermenêutica jurídica aplicada ao direito do trabalho, em especial no

procedimento de interpretação e aplicação da norma jurídica por analogia. Para tanto, intentou-se sistematizar o processo de evolução histórica da questão da interpretação associada à lacuna e seu preenchimento por analogia, em especial na área trabalhista, mostrando as especificidades da área, como componente do campo dos direitos sociais e como, tal, dos direitos humanos.

É esperado que os resultados obtidos no presente estudo, com destaque para a análise da jurisprudência trabalhista sobre lacunas na lei e seu preenchimento por analogia e para a discussão sobre a possibilidade de considerar-se a falta ou insuficiência de regulamentação da norma constitucional como lacuna a ser preenchida pela atividade jurisdicional, possam contribuir para fomentar novos estudos. Apenas a título de exemplo sobre questões suscitadas por este trabalho podem ser citadas (a) a pesquisa e a discussão sobre as razões de decidir das decisões judiciais que tratam da lacuna na lei trabalhista e seu preenchimento por analogia, reconhecendo ou negando a existência de lacunas e sua necessidade de preenchimento por analogia; (b) a reflexão sobre a questão da possibilidade de instituição, por meio da aplicação analógica da norma jurídica, de novas obrigações trabalhistas aos empregadores; (c) a pesquisa e a reflexão sobre os problemas hermenêuticos e axiológicos incidentes em procedimentos específicos de aplicação do direito, como a colheita de provas orais, sua transcrição e interpretação, com a verificação de como podem ser efetivados os valores democráticos enunciados pelas normas e princípios de direitos humanos presentes em instrumentos internacionais ou positivados na Carta constitucional; (d) a pesquisa e a discussão sobre a interpretação e aplicação por analogia de normas oriundas de outras fontes do direito do trabalho, distintas da lei.

Os estudiosos, intérpretes e operadores do direito possuem, pois, uma importante missão na interpretação da lei e sua aplicação amplificadora dos direitos e garantias sociais e individuais previstos na Constituição Federal de

1988 e nos tratados e convenções internacionais de direitos humanos, contribuindo para a construção da sociedade justa, plural e igualitária sonhada pelo legislador constituinte, com base nas reivindicações sociais que marcaram a história recente de nosso país.

V. BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. (Trad. Alfredo Bosi e equipe, revista por Ivone Castilho Benedetti) 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1.014 p.
- AGUILLAR, Fernando Herren. *Metodologia da ciência do direito*. São Paulo: Max Limonad, 1996. 158 p.
- ARRUDA, Kátia Magalhães. *Direito Constitucional do Trabalho: sua eficácia e o impacto do modelo neoliberal*. São Paulo: LTr, 1998. 133 p.
- BARBOSA, Gustavo Henrique Cisneiros. “A encíclica *Rerum Novarum* e o direito do trabalho”. Versão on-line. Jus Navigandi, 2002. capturado em 22.06.2007, em www.jus2.uol.com.br
- BARROSO, Luis Roberto e BARCELLOS, Ana Paula. “O começo da história”. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. [Artigo on-line: <http://www.camara.rj.gov.br>] 46 p.
- BELTRAN, Ari Possidônio. *A crise do princípio protetor e os dilemas do direito do trabalho na atualidade*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2000 [Tese de livre-docência]. 270 p.
- BETTI, Emilio. *Interpretação das leis e dos atos jurídicos*. (Trad. Karina Jannini) São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Justiça e Direito) 482 p.
- BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e estado na filosofia política moderna*. (trad. Carlos Nelson Coutinho) 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco.
Dicionário de política. (Trad. Carmen C. Varriale et al.) 4ª ed. Brasília: Edunb, 1992. 1.318 p. (2 volumes)
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. (Trad. Carlos Nelson Coutinho) Rio de Janeiro: Campus, 1992. 216 p.
- _____. *A teoria das formas de governo*. (Trad. Sérgio Bath) 5ª ed. Brasília: Edunb, 1988 (Coleção Pensamento Político, 17) 179 p.
- _____. *Contributi ad um dizionario giuridico*. Torino: G. Giappichelli, 1994. 365 p.
- _____. *Teoria do ordenamento jurídico*. 4ª ed. (Trad. Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. 184 p.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 13ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003. 859 p.
- BOUCAULT, Carlos E. De Abreu e RODRIGUEZ, José Rodrigo (orgs.)
Hermenêutica plural: possibilidades jusfilosóficas em contextos imperfeitos. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 481 p.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. (Trad. coletiva) 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1998 (Clássicos, 4) 188 p.
- _____. *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seil, 1998. 142 p.
- CAMARGO, Elizeu Amaral. “A analogia como método de solução de lacunas no ordenamento jurídico – a visão do Supremo Tribunal Federal”. In: DANTAS, Aldemiro; Malfatti, Alexandre David;

- CAMARGO, Elizeu Amaral; LOTUFO, Renan (coordenador). *Lacunas no ordenamento jurídico*. Barueri: Manole, 2005. p. 145-178.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. 6ª ed. Coimbra: Almedina, 1993. 1228 p.
- CARRION, Valentin. *Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho*. 18ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994. 1.056 p.
- CASTRO, Carlos Roberto Siqueira. “Extensão dos direitos e deveres fundamentais às relações privadas”. *Revista da Escola Nacional da Magistratura*. Ano III – nº 5 – mai. 2008
- CLERMONT- FERRAND. *Histoire*. Publicação eletrônica da cidade de Clermont-Ferrand. www.ville-clermont-ferrand.fr
- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 716 p.
- COUTO, Cláudio Gonçalves. “A longa constituinte: reforma do estado e fluidez institucional no Brasil”. **Dados**, 21:1. Rio de Janeiro, 1998, [Versão on line disponível em: <http://www.iuperj.br>]
- CUNHA, José Ricardo. Fundamentos axiológicos da hermenêutica jurídica. In: BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu e RODRIGUEZ, José Rodrigo (Orgs.). *Hermenêutica plural: possibilidades jusfilosóficas em contextos imperfeitos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 481 p.
- DANTAS, Aldemiro; Malfatti, Alexandre David; CAMARGO, Elizeu Amaral. *Lacunas no ordenamento jurídico*. (Coordenação e prefácio de Renan Lotufo). Barueri: Manole, 2005. 180 p.
- D’ENTREVÈS, Alessandro Passerin. “El bien común”. In: *La noción de Estado: una introducción a la Teoría Política*. Barcelona: Ariel, 2001. p. 261-269

DINIZ, Maria Helena. *As lacunas no direito*. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 317 p.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. (trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza) São Paulo: Perspectiva, 1989. 170 p. [Estudos, 85]

FALCON Y TELLA, Maria Jose. *El argumento analogico en el derecho*. Madrid: Civitas, 1991. 284 p.

FARALLI, Carla. *A filosofia contemporânea do direito: temas e desafios*. (Trad. Candice Premaor Gullo) São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006. p.

FARIA, José Eduardo. “O futuro dos direitos humanos após a globalização econômica”. In: AMARAL JR, Alberto do; e PERRONE-MOISÉS, Cláudia (orgs.). *O cinquentenário da declaração universal dos direitos do homem*. São Paulo: EDUSP, 1999. (Biblioteca Edusp de Direito; 6) p. 53-73.

FAVA, Marcos Neves. “Ementa 27”. *Revtrim – Jurisprudência*. 53/08. Jun. 2008. p. 166-178.

FASSÒ, Guido. “Jusnaturalismo”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. (Trad. Carmen C. Varriale et al.) 4ª ed. Brasília: Edunb, 1992. 1.318 p. (2 volumes).

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o poder, a liberdade, a justiça e o direito*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 286 p.

_____. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994. 368 p.

FREITAS JUNIOR, Antônio Rodrigues (org.) *Direito do Trabalho e Direitos Humanos*. São Paulo: BH Editora e Distribuidora de Livros, 2006. 576 p.

- GILISSEN, John. *Introdução histórica ao direito*. 5ª Ed. (Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. 813 p.
- GRAU, Eros Roberto. *Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 153.
- HILL, Christopher. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. (Trad. Carlos Eugênio M. de Moura) São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 280 p.
- HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KANT, Emmanuel. *Doutrina do direito*. (Trad. Edson Bini) 3ª ed. São Paulo: Ícone, 1993 (Fundamentos de direito)
- _____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Rio de Janeiro: Edições 70 Brasil, 1991.
- KAUFMANN, A. e HASSEMER, W. *Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas*. (trad. Marcos Keel e Manuel Seca de Oliveira). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. 605 p.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. (Trad. João Baptista Machado) 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 371 p.
- KUNTZ, Rolf. “Locke, liberdade, igualdade e propriedade”. In: QUIRINO, Célia Galvão, VOUGA, Cláudio e BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs.). *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: Edusp, 1998. 277 p.
- LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 406 p.

LIMONGI FRANÇA, R. *Princípios gerais do direito*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964. 231 p.

LOPES, José Reinaldo de Lima. *As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Ed. 34/EDESP, 2004. (Coleção Direito GV)

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A ideologia alemã*. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993. 138 p.

MAGANO, Octávio Bueno e MALLET, Estêvão. *O Direito do Trabalho na Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 1993. 351 p.

MALLET, Estêvão. *Temas de direito do trabalho*. São Paulo: Ltr, 1998. 144 p.

MATTELART, Armand e Michèle. *História das teorias da comunicação*. (Trad. Luiz Paulo Rouanet) 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1999

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. 342 p.

MERINO, Lucyla Tellez. *Direitos humanos e direito do trabalho: enfoques humanistas na proteção dos direitos sociais*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006. [Dissertação de mestrado] 306 p.

MONTANHANA, Beatriz. “A constitucionalização dos direitos sociais: a afirmação da dignidade do trabalhador”. In: FREITAS JR. Antônio Rodrigues de (org.). *Direito do Trabalho: Direitos Humanos*. São Paulo: BH Editora, 2006. 63-110

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. 2.984 p.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Tratado elementar de direito do trabalho*.

Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960. 489 p.

MURICY, Marília. “Racionalidade do direito, justiça e interpretação.

Diálogo entre a teoria pura do direito e a concepção luhmanniana do direito como sistema autopoietico”. In: BOUCAULT, Carlos E. De Abreu e RODRIGUEZ, José Rodrigo (orgs.) *Hermenêutica plural*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 103-125

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Introdução do direito do trabalho*. 21^a ed.

São Paulo: Ltr, 1994. 631 p.

NEGRI, Antonio. *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da*

modernidade. (tradução de Adriano Pilatti) Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 468 p.

NEVES, A. Castanheira. *Metodologia jurídica: problemas fundamentais*.

Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 1993. p.

NORONHA, Eduardo Garuti. *Entre a Lei e a Arbitrariedade: mercados e*

relações de trabalho no Brasil. São Paulo: Ltr, 1999. 183 p.

PEDROSO, Antonio Carlos de Campos. *Integração normativa*. São Paulo:

Editora Revista dos Tribunais, 1985. 141 p.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional*

internacional. 2^a ed. São Paulo: Max Limonad, 1997. 487 p.

PIROTTA, Wilson Ricardo Buquetti e PIROTTA, Kátia Cibelle Machado.

“O impacto da flexibilização das leis trabalhistas sobre as condições de trabalho da mulher”. *Revista Trabalhista*. Volume IX. p. 283-296.

QUIRINO, Célia Galvão e SOUZA, Maria Teresa Sadek R. de. *O*

pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu,

Rousseau. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980. 430 p. (Biblioteca básica de ciências sociais, v. 2)

QUIRINO, Célia Galvão, VOUGA, Cláudio e BRANDÃO, Gildo Marçal (orgs.). *Clássicos do pensamento político*. São Paulo: Edusp, 1998.

REALE, Miguel. *Teoria tridimensional do direito*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980. 162 p.

_____. *Filosofia do direito*. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 749 p.

_____. *Filosofia e teoria política: ensaios*. São Paulo: Saraiva, 2003. 133 p.

SAAD, Eduardo Gabriel. *Constituição e Direito do Trabalho*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 1989. 293 p.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 415 p.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Reinventar a Emancipação Social – Para Novos Manifestos; v. 3) 614 p.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das normas constitucionais*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. 258 p.

SILVA, Alessandro da; MAIOR, Jorge Luiz Souto; FELIPPE, Kenarik Boujikian; SEMER, Marcelo (Coordenadores). *Direitos humanos: essência do direito do trabalho*. São Paulo: Ltr, 2007. 351 p.

- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. (Trad. Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Mota) São Paulo: companhia das Letras, 1996. 724 p.
- SOUZA, Luiz Sérgio Fernandes de. *O papel da ideologia no preenchimento das lacunas no direito*. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. 292 p.
- SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, José de Segadas. *Instituições de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1957. 2 volumes.
- TERRA, Ricardo. *Kant e o direito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. 64 p. (Passo-a-passo, 33)
- THOMPSON, Edward P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. (Trad. Eva Rodríguez) 2ª ed. Barcelona: Crítica, 1984.
- TODESCAN, Franco. *Le radici teologiche del giusnaturalismo laico*. Milano: Giuffrè, [1983]-2001
- TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. “Apresentação”. In: PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 2ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1997. p. 17-25.
- UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA LAW SCHOOL. *Medallions and Inscriptions*. Publicação eletrônica da University of Pennsylvania Law School, www.law.upenn.edu/about/history
- VIDAL NETO, Pedro. *Estudo sobre a interpretação e aplicação do direito do trabalho*. São Paulo: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 1985. [Tese de livre-docência] 226 p.

VILLEY, Michel. *O direito e os direitos humanos*. (Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007. (Coleção justiça e direito). 181 p.

XAVIER, Alberto. *Tipicidade da tributação, simulação e norma antielisiva*. São Paulo: Dialética, 2001, p.